



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 127/2013**

Institui a "Semana Estadual Todos Contra a Pedofilia", incluindo-a no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a ser realizada anualmente no período de 13 a 18 de maio.

**Art. 1º** Fica instituída no âmbito do Estado do Paraná a "Semana Estadual Todos Contra a Pedofilia", a ser realizada anualmente no período de 13 a 18 de maio.


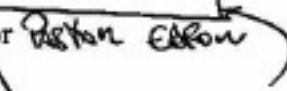
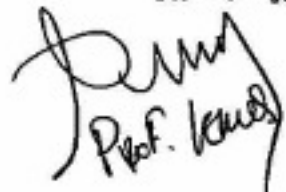
**Art. 2º** A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 3º** A "Semana Estadual Todos Contra a Pedofilia" terá por objetivo conscientizar a população, através de procedimentos informativos, educativos, palestras, audiências públicas, seminários, conferências ou congressos, a fim de que a sociedade discuta iniciativas de combate ao crime de pedofilia.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator   
  
Prof. Leud

  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

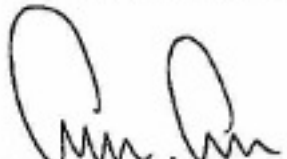
### Redação Final ao Projeto Lei nº 159/2013

Declara de Utilidade Pública a  
Federação Paranaense de Sinuca,  
com sede e foro no Município de  
Curitiba.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Federação  
Paranaense de Sinuca, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator *Prof. Eusebio*

  
Prof. Kennedy

  
Prof. Lira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

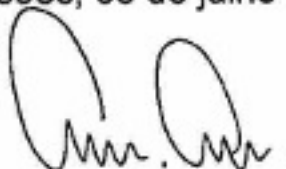
### Redação Final ao Projeto Lei nº 185/2013

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Segurados Aposentados e Pensionistas do Sudoeste do Paraná – ASAP, com sede e foro no Município de Realeza.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Segurados Aposentados e Pensionistas do Sudoeste do Paraná – ASAP, com sede e foro no Município de Realeza.

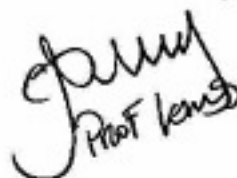
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
João Lito

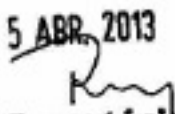
  
Relator

  
Prof. Lito



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete do Deputado Anibelli Neto**

**PROJETO DE LEI Nº 136 DE 2013**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**  
Em, 15 ABR 2013  
  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Institui o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 28 de julho.

**Art. 1º.** Fica instituído o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado, anualmente, no dia 28 de julho.

**Art. 2º** - O Dia Estadual da Juventude Cristã será incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete do Deputado Anibelli Neto**

**JUSTIFICATIVA**

Em 2013 o Brasil irá sediar, no Município do Rio de Janeiro, a Jornada Mundial da Juventude. Tal ideia surgiu em 2007, durante a visita do então Papa Bento XVI ao nosso país, ocasião em que o Bispo Dom Eduardo Pinheiro (na época responsável pelo Setor de Juventude da CNBB) propôs a organização de tal evento.

Depois de uma exaustiva organização, em agosto de 2011, o Papa anunciou oficialmente o Rio de Janeiro como sede da 38ª Jornada Mundial da Juventude, escolhendo como tema um versículo do Evangelho de Mateus: *"Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações! (Mt 28, 19)"*.

A ideia de organizar uma Jornada Mundial da Juventude surgiu com um encontro promovido pelo Papa João Paulo II em 1984. Foi um encontro de amor, sonhado por Deus e abraçado pelos jovens,

os protagonistas desse grande encontro de fé, esperança e unidade. O evento se realiza anualmente nas dioceses de todo mundo, sendo que a cada dois ou três anos ocorre um encontro internacional dos jovens com o Papa, tendo como última edição a cidade de Madri, na Espanha, em uma edição que reuniu mais de 190 países. Tem como objetivo principal dar a conhecer a todos os jovens do mundo a mensagem de Cristo, mas é verdade também que, através deles, o 'rosto' jovem de Cristo se mostra ao mundo.

Além do fato de estar em outro país, com seus encantos turísticos, a participação na Jornada requer um corpo preparado



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete do Deputado Anibelli Neto**

para a peregrinação e um coração aberto para as maravilhas que Deus tem reservado para cada um. São catequeses, testemunhos, partilhas, exemplos de amor ao próximo e à Igreja, festivais de música e atividades culturais. Enfim, um encontro de corações que creem movidos pela mesma esperança de que a fraternidade na diversidade é possível.

O objetivo do presente projeto é homenagear a Juventude Cristã, reconhecendo e lembrando a importância da promulgação da fé nos momentos atuais, onde as preocupações pessoais tomam conta do dia a dia da população e o lado espiritual fica cada vez mais esquecido.

Diante do exposto, certo da importância da valorização da fé entre a juventude paranaense, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI 136/2013

Projeto de Lei nº. 136/2013

Autor: Deputado Anibelli Neto

**Súmula:** Institui o dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 28 de julho.

**EMENTA:** INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DA JUVENTUDE CRISTÃ. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o dia da Juventude Cristã, todo dia 28 de julho de cada ano.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## Comissão de Constituição e Justiça



Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. .

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça

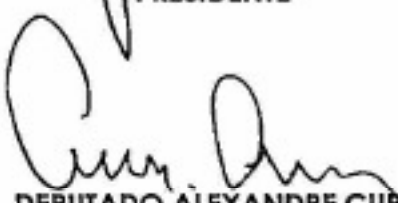


## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

  
  
  
  
  
  
  
APROVADO  
25/06/13



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI 229/13**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo e sua autarquia Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER a efetivar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Rondon.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo e sua autarquia Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER autorizados a efetivar a doação, ao Município de Rondon, dos seguintes imóveis:

- a) imóvel constituído pelo lote urbano nº 02, quadra 03, com área de 600,00m², constante na Matrícula nº 9.996, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cidade Gaúcha;
- b) imóvel constituído pelo lote urbano nº 03, quadra 03, com área de 600,00m², constante na Matrícula nº 9.997, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cidade Gaúcha;
- c) imóvel constituído pelo lote urbano nº 04, quadra 03, com área de 600,00m², constante na Matrícula nº 9.998, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cidade Gaúcha;
- d) imóvel constituído pelo lote urbano nº 05, quadra 03, com área de 600,00m², constante na Matrícula nº 9.999, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cidade Gaúcha.

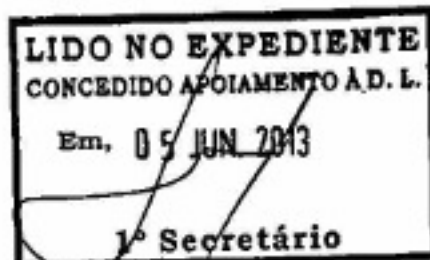
**Art. 2º** Os imóveis em questão, que ficam gravados com a cláusula de inalienabilidade, serão usados pelo município exclusivamente por órgãos da Administração Pública Municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** O município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade dos imóveis doados, caso contrário os mesmos retornarão ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de junho de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 055 /2013

Curitiba, 04 de junho de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em, 05/06/2013  
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo e sua autarquia Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER a efetivar a doação, ao Município de Rondon, dos seguintes imóveis:

- a) imóvel constituído pelo lote urbano nº 02, quadra 03, com área de 600,00m², constante na Matrícula nº 9.996, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cidade Gaúcha, para uso da Secretaria Municipal de Agricultura;
- b) imóvel constituído pelo lote urbano nº 03, quadra 03, com área de 600,00m², constante na Matrícula nº 9.997, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cidade Gaúcha, para uso do Conselho Tutelar;
- c) imóvel constituído pelo lote urbano nº 04, quadra 03, com área de 600,00m², constante na Matrícula nº 9.998, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cidade Gaúcha, para uso da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; e
- d) imóvel constituído pelo lote urbano nº 05, quadra 03, com área de 600,00m², constante na Matrícula nº 9.999, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cidade Gaúcha, para uso da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que os imóveis serão usados exclusivamente para unidades da Administração Pública Municipal, conforme acima citado.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 10.981.692-2.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que os imóveis em referência ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade, que serão usados exclusivamente por órgãos da Administração Pública Municipal, que retornarão ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade dos imóveis, caso contrário os mesmos retornarão ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI 229/2013

Projeto de Lei nº 229/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 55/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo e sua autarquia Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER a efetivar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Rondon.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE RONDON. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 55/2013, visa efetuar a Doação, ao Município de Rondon, dos imóveis que especifica, de propriedade do Estado do Paraná, para o fim de utilização através de órgãos da Administração Pública Municipal.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## *Comissão de Constituição e Justiça*

**Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## *Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.




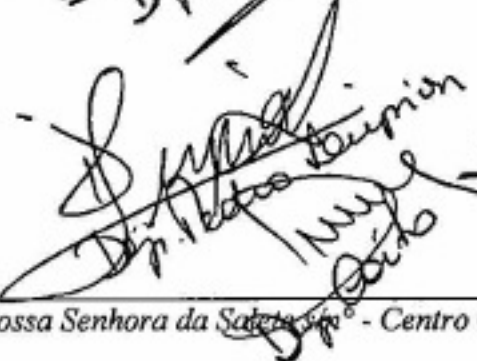

Sala das Comissões, 06 de junho de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

  
  
  
  
  
**APROVADO**

18/06/13



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 229/2013

Projeto de Lei nº 229/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 055/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo e sua autarquia Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER a efetivar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Rondon.

### I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 229/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 055/2013**, objetiva efetuar a cessão de uso dos imóveis que especifica, ao Município de Rondon no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Estadual, de áreas descritas em matrículas informadas e gravadas no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha-PR.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 229/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Rondon no Estado do Paraná, com a doação de imóveis destinados exclusivamente ao Serviço Público Municipal. As áreas a serem doadas serão utilizadas especificamente para o desenvolvimento de atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e atividades assistenciais realizadas pelo Conselho Tutelar do Município. O investimento em áreas como estas, atende diretamente aos interesses de moradores daquela localidade, prezando um fortalecimento regionalizado pela realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 229/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 055/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;  
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 229/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Rondon, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 229/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.  
Sala das Comissões em 24 de junho de 2013.*

  
Tercílio Turini

  
FRANCISCO BUHRER  
Presidente da Comissão

  
JONAS GUIMARÃES  
Relator

  
Edson Praczyk

  
Elton Welter

  
Teruo Kato